

## LETRAS VIAJANTES: Um Excursionista entre Populações Afroindígenas na Amazônia

Agenor Sarraf Pacheco (PPGA/PPHIST/UFPA)  
Josiane Martins Melo (PPHIST/UFPA)

**Resumo:** Entre 1931 a 1941, D. Antônio de Almeida Lustosa (1886-1974), religioso mineiro, homem inclinado às letras e interessado nos modos de viver das populações rurais brasileiras, dirigiu a arquidiocese de Belém e pode, então, conviver com as populações marajoaras em suas visitas pastorais realizadas entre os anos de 1932 a 1938. A paixão pela escrita somada ao longo percurso das viagens fez o prelado redigir uma centena de crônicas cotidianas publicadas inicialmente no hebdomadário católico *A Palavra* e depois organizada pelos editores do jornal na obra *À margem da Visita Pastoral*, reeditada em 1976 pelo Conselho Estadual de Cultura do Pará, trazendo um capítulo exclusivo sobre o que ele registrou de suas observações na “Região do Marajó” em suas geo-histórias e culturas de campos e florestas. Maria Anunciada Chaves em apresentação da obra assinala que por seu “estilo ameno, escoreito e límpido, às vezes com uma ponta de humor”, revela o palmilhar de D. Antônio por grande parte do território da arquidiocese de Belém, “observando coisas, pessoas, fatos e curiosidades, que divulgava em folhetim, sob o pseudônimo de ‘Um excursionista’”. Por esses enredos, neste texto, problematizamos a construção das escritas produzidas pelo prelado objetivando surpreender conteúdos, representações e sentidos construídos acerca da região e seus habitantes. Interessamo-nos pelas fisionomias e traços etnicorraciais dos marajoaras, centrando-me em saberes, fazeres, crenças e linguagens apreendidas nas letras do arcebispo viajante. Em meio aos banheiros provocado pelo encontro das águas do Atlântico, Tocantins, Rio Pará e Amazonas e na presença de indesejáveis parceiros de viagem, D. Antônio revela potencialidades e limites impostos a mulheres e homens marajoaras na luta diária pela existência. Mesmo que a intenção dos escritos não fosse registrar projetos e ações esboçadas e/ou a serem implementadas pela arquidiocese de Belém, visando expandir o projeto evangelizador letrado e esclarecido em centros urbanos, vilas e casas isoladas do interland paraense cuja filosofia pretendia “reformular o caráter e a consciência dos homens”, a leitura dos registros permitem entrever um entrelaçar, em dados momentos, da identidade religiosa com a identidade de viajante. Em diferentes situações, o narrador operando com códigos de seu sistema cultural deixa impressa sua própria maneira de ver e refletir sobre as culturas locais como filhas dos encontros e confrontos afroindígenas em territórios da Amazônia Marajoara.

**Palavra-Chave:** letras viajantes; etnografia; culturas afroindígenas; Amazônia Marajoara.

### O Encontro com D. Antônio

O ano de 1998 colocou-nos em contato com a presença de D. Antônio de Almeida Lustosa, 4º arcebispo de Belém, na história do catolicismo marajoara. Não conhecíamos sua trajetória de vida pastoral e nem tínhamos a dimensão da importância do *insigne antistite*<sup>1</sup> para se compreender a presença da Igreja Católica na vida das comunidades rurais da Amazônia paraense, nos anos de 1930.

Pelo pincel do memorialista Francisco Mamede ficamos sabendo que o arcebispo visitou nos anos de 1940 o município de Portel e a decadente vila de Melgaço. Naquele momento, objetivando expressar as disputas por hegemonia, naquele pedaço da região dos furos, dando ênfase a Melgaço, sua terra natal, seu Mamede narrou que D. Antônio estando em visita pastoral a Portel, tomou conhecimento de que Melgaço, apesar das características precárias das ruas, do porto, da carente iluminação elétrica, entre outras

---

<sup>1</sup> Expressão recorrente no jornal *A Palavra* dos anos de 1930, quando se referia ao arcebispo.

limitações vividas pelos moradores, possuía “uma igreja muito bonita e tinha sido visitada pela última vez pelo Arcebispo D. João Irineu Jofelli, antecessor de D. Mário de Miranda Vilas Boas, e mostrou-se interessado em visitar esta igreja”<sup>2</sup>. A idéia não agradou aos portelenses, tentando convencer o religioso a não visitar Melgaço.

Sem pretender deter-nos aos muitos elementos das relações conflituosas envolvendo Portel e Melgaço, a presença de São Miguel Arcanjo nas histórias de Melgaço ou o significado que a narrativa pretendeu dar sobre a visita de D. Antônio para a emergência dos *tempos de liberdade* do povoado, os escritos do memorialista foram os primeiros indícios encontrados sobre este que, apesar de pouco lembrado na memória oficial e patrimonial belemita, foi um dos maiores pastores do catolicismo no Pará.

Em pesquisa na Cúria Metropolitana de Belém, no Jornal Católico A Palavra, percorrendo o período de instalação da prelazia de Marajó (1928) e o término do mandato de D. Antônio (1941), foi possível aprofundar conhecimentos sobre o papel exercido pelo arcebispo na história da Igreja na Amazônia paraense.

Nascido em São João Del-Rei, em 11 de fevereiro de 1886, D. Antônio de Almeida Lustosa ingressou na congregação salesiana em 1905. Décimo filho dos doze do Dr. João Batista Pimentel Lustosa, que foi juiz de Direto da comarca de Uberaba e d. Delfina de Almeida Lustosa. Iniciado nas letras pelos irmãos mais velhos, fez o curso preparatório e bacharelou-se em Ciências e Letras pela Escola D. Bosco, de Cachoeira dos Campos. Coursou ainda em Roma Pedagogia e Filosofia. Ordenou-se sacerdote em 1912, em Taubaté, São Paulo. Como padre salesiano, foi professor de filosofia e teologia, mestre de noviços, diretor e vigário. Exerceu, nesse período, ininterruptamente cargos e responsabilidades em muitos dos estabelecimentos que a Congregação D. Bosco possuía no país.

Regeu várias cadeiras do Ginásio São Joaquim, de Lorena; foi diretor do estabelecimento salesiano de Jaboatão, Pernambuco; do Colégio Salesiano, de Lavrinhas

---

<sup>2</sup> Segundo Dom Alberto Ramos e informações recuperadas do jornal *A Palavra*, D. João Irineu Joffly, 3º arcebispo do Pará, governou a arquidiocese no período de 1925 a 1931, quando a Santa Sé aceitou seu pedido de renúncia. Já D. Mário de Miranda Vilas-Bôas, dirigiu a arquidiocese entre os anos de 1944 a 1956. Portanto, considerando o caráter seletivo da memória, o escrito de seu Mamede traz dois equívocos. O primeiro é sobre o ano da visita de D. Antônio a Portel e Melgaço. Esta visita aconteceu precisamente entre os anos de 1932 a 1938, conforme se lê no livro *À margem da visita pastoral e não 1948* como está assinalado, já que seu prelado encerrou-se no Pará nos anos de 1941. Outrossim, de acordo com o que descrevi acima, D. Irineu não foi antecessor de D. Mário. Entre os dois, aconteceram dois prelados. Os de D. Antônio (1931-1941) e de D. Jaime de Barros Câmara (1941-1944). Cf. (RAMOS, 1985).

e do Ginásio de Bagé, Rio Grande do Sul. Ali exerceu também as funções de Vigário paroquial e a Santa Sé foi buscá-lo para confiar-lhe a direção da Diocese de Uberaba<sup>3</sup>.

Tornou-se, portanto, o terceiro bispo daquele município mineiro, em 1924, cuja ordenação episcopal em 1925, ocorreu em sua cidade natal. Na diocese de Uberaba, D. Antônio ficou até 1928 porque a partir daí foi nomeado pelo Papa Pio XI a bispo de Corumbá, Mato Grosso do Sul, onde permaneceu até 1931, quando foi promovido em 10 de julho a arcebispo de Belém do Pará<sup>4</sup>.

O percurso metodológico que procuramos elaborar acerca da trajetória de D. Antônio esforçou-se em mapear sentidos etnográficos atribuídos aos seus escritos e o modo como construiu imagens e representações produzidas sobre as populações ribeirinhas e urbanas do arquipélago de Marajó (CLIFFORD, 2011). Nesse exercício, procuramos saber que temáticas valorizou e de que modo se distancia e/ou se aproxima de sua identidade prelatícia num tempo de forte política reformadora católica.

Os textos foram produzidos no tempo e nas bordas das visitas pastorais realizadas entre os anos de 1932 a 1938 em localidades do vasto estado paraense cujo recorte aqui será dado às interações e percepções sobre o cotidiano das populações que habitavam municípios marajoaras. Esses escritos, D. Antônio as transformava em crônicas publicadas, inicialmente, no hebdomadário católico *A Palavra* e depois, organizada pelos editores do mesmo jornal, na obra *À margem da visita pastoral*, reeditada em 1976 pelo conselho Estadual de Cultura, trazendo um capítulo exclusivo sobre o que o excursionista registrou daquela região. Esse conjunto de apontamentos, como assinalou Chaves,

por seu estilo ameno, escoreito e límpido, às vezes com uma ponta de humor, revelam o palmilhar de D. Antônio por grande parte do território da arquidiocese, sem medir sacrifícios, em zelosas visitas pastorais, percorrendo sedes paroquiais, vilas e povoações, no cumprimento dos deveres de guia espiritual, denodado e humilde, mas também, observando coisas, pessoas, fatos e curiosidades, que divulgava em folhetim, sob o pseudônimo de “Um excursionista”<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> Jornal – *A Palavra* – Órgão dos interesses da Sociedade e da Família. *Dom Antônio de Almeida Lustosa*, Belém, 13 de dezembro de 1931, capa.

<sup>4</sup> Dentre suas obras destacam-se: *Nas Entrelinhas do Evangelho*; *Terra Martirizada*; *Notas a lápis*; *Senhor, fazei que eu veja e Cartas do Além*; *Prece ao Por-do-Sol*; *solóquios infantis ao Pé do Tabernáculo*; *Abraçando a cruz*; *Lâmpada Votiva*; *Meu livro inseparável*; *Breves Leituras para Cada Dia do Ano*; a monumental biografia, *Dom Macedo Costa – Bispo do Pará e A margem da Visita Pastoral*.

<sup>5</sup> CHAVES, Maria Annunciada. Apresentação. In: LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. *No Estuário Amazônico – “À margem da visita pastoral”*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1976, pp.5-7

Tomando posse por procuração no dia 15 de novembro de 1931, porque ainda estava em Corumbá concluindo algumas de suas atividades, D. Antônio nomeou o Monsenhor Argemiro Maria de Oliveira Pantoja, governador do Arcebispado que já vinha exercendo a função de vigário capitular da Arquidiocese desde julho. Sobre o prelado, escreveu um jornalista do *A Palavra*, em 13 de dezembro de 1931: “É um lutador infatigável, cheio de zelo no apostolado pela palavra, pela penna e pela acção; um espírito altamente culto, acobertado por uma grande modéstia. Com taes predicados não admira que a sua carreira fosse, como tem sido, brilhante e rápida”<sup>6</sup>.

A chegada do arcebispo em terras belemitas, no dia 17 de dezembro de 1931 foi um ato público, espetacularizado pelos diferentes grupos sociais que foram recebê-lo. “Avisada pela agencia do Lloyd, a parochia de Nazareth fez bimbalar os seus sinos e, pouco depois, a Usina de Electricidade lançavam aos ares um vigoroso apito, que deu o sinal para as demais egrejas”<sup>7</sup>.

Autoridades, familiares e membros das irmandades religiosas como padres agostinianos, barnabitas, jesuítas, salesianos, maristas, franciscanos da missão dos capuchinhos, religiosas filhas de Sant’Ana, de Santa Dorotéia, de Santa Catarina e uma comissão da venerável Ordem Terceira dos padres de São Francisco, tiveram passe livre na cancela onde desembarcou o prelado. A multidão de pessoas acompanhou de longe a descida do “Campos Sales” e entrada triunfal do novo arcebispo metropolitano, na terra dos antigos Tupinambás.

As pompas produzidas para a chegada de D. Antônio demonstram uma Igreja que reavivava tradições do catolicismo europeu em terras paraoaras, procurando reafirmar sua presença, que perdura desde a primeira colonização de 1616. Questão que insiste em não ser esquecida, mesmo sem possibilidades de aprofundamentos, diz respeito à maneira como a população pobre de Belém vivenciou a posse desse religioso letrado.

Não encontramos registros na região marajoara ou nos arquivos de Belém que tenham noticiado aquele grandioso fato ocorrido na capital do Estado para as populações do interland paraense. Explorando a imaginação criativa (GONÇALVES et al, 2012), é possível apostar que os padres e o bispo da prelazia de Marajó possivelmente deixaram a região para participar do espetáculo religioso. Em seu retorno, narraram às gentes

---

<sup>6</sup> Jornal – A Palavra – Órgão dos interesses da Sociedade e da Família. *Dom Antônio de Almeida Lustosa*, Belém, 13 de dezembro de 1931, capa.

<sup>7</sup> Jornal – A Palavra – Órgão dos interesses da Sociedade e da Família. *Dom Antônio de Almeida Lustosa toma posse da sede belemitense*, Belém, 20 de dezembro de 1931, capa.

marajoaras o grande acontecimento e sua importância para a expansão do catolicismo em todo estado do Pará. O certo é que aquele episódio escondia, para a população de Belém e do Marajó em suas geografias de campos, florestas, várzeas e terras firmes, atitudes que o arcebispado de D. Antônio adotaria frente aos tradicionais costumes, crenças e comportamentos da vida na Amazônia paraense e a sua maneira peculiar de falar da natureza e cultura marajoara.

Sob o lema do *descansar carregando pedras*, como escreveu monsenhor Américo Leal, nos intervalos entre as atividades próprias da visita pastoral, ele tinha sempre consigo um bloco de papel, onde punha-se a escrever com primor de espiritualidade e de estilo literário<sup>8</sup>. “Não perdia tempo, em suas intermináveis viagens, ora a disreter com os caboclos, ora a tomar seus apontamentos, enquanto esperava a subida da maré ou que o vento soprasse para enfunar as velas” (RAMOS, 1976, p.9-10). Deitado nessa prática produziu seus livros. Dentre esses se destacam o *À margem da visita pastoral* e a biografia de Dom Macedo Costa.

Entre as curiosidades descritas nos documentos que tratam sobre a vida desse prelado, estava o jeito de receber suas visitas sempre em pé. Isto para que elas não prolongassem suas conversas e fossem objetivas em suas questões. O tempo para ele era precioso. Explorava-o, geralmente em estudos, orações e escritos. Aspecto que se relaciona a esse jeito próprio do religioso, assinalou Dom Alberto Ramos, era o hábito que adquiriu de escrever sempre de pés, seja por conselho médico, seja por maior comodidade ou conveniência. Na sede arquiépiscopal, servia-se sempre de uma daquelas antigas mesas de guarda-livros, altas e de tampo inclinado. No interior, improvisava o seu escritório, colocando um tamborete em cima de uma mesa, ou mesmo uma cadeira sobre um caixote. Dom Antônio sofria muito com as longas viagens pelo interior do Estado, porque permanecia sentado horas e horas, nos bancos das canoas, nas selas dos animais ou nas cadeiras dos confessionários.

Dentre as temáticas esboçadas no *À margem da visita pastoral*, destacam-se impressões aparentemente jocosas que passaram a constituir um acervo precioso da linguística da região, pintando ao vivo um panorama da Amazônia “virgem e agreste” que subsiste hoje apenas em memórias de narrativas passadas. Constitui-se em uma reportagem feita por observador com conhecimentos de botânica, de zoologia, etnografia e de tupinologia. “Como jornalista-cientista apanhou costumes, cenas de folclore,

---

<sup>8</sup> ZICO, Dom Vicente. In: Jornal O Liberal. Dom Antônio de Almeida Lustosa. Belém, 19 de fevereiro de 1995.

modismos de linguagem, neologismos, entre outros. O vocabularista de regionalismos encontrará farta messe para colheita de brasileirismos”<sup>9</sup>.

Tecendo comentários como prefácio da 1ª edição, publicada pelo A Palavra, D. Antônio escreveu: “Admirador das qualidades do nosso caboclo, não deixei entretanto de referir-me a algumas de suas falhas, pois ninguém pode supor que um homem ainda privado de grande parte dos recursos da civilização e da Religião, consiga despojar-se de defeitos que não falta nos meios mais adiantados”. E para convidar o leitor a adentrar no cerne de seus escritos, redigiu: “Se o leitor amigo é amante do folclore, de estudos sociológicos ou tem bossa para naturalista não dará por perdido o tempo empregado na leitura destas linhas”.

### **Conexões Natureza e Cultura pelo Marajó**

As viagens de Belém para Marajó<sup>10</sup> permitiram a D. Antônio vislumbrar o cruzamento das águas de diferentes rios. Tocantins, Guamá, Moju e Acará, sem esquecer a forte presença do Amazonas. Agitada quase o ano todo, a baía de Marajó sempre foi espaço de canoeiros de tradições afroindígenas que, andando a vela sob a guarda dos santos populares, relacionam-se em grande frequência com águas doces e salgadas, marcadores da presença do mar e do rio na costa e no ventre do arquipélago. Alguns se não sondam com o olhar o Norte, podem ser surpreendidos por alguma *borrasca*<sup>11</sup>. Assinalou o arcebispo:

Já eu ouvira contar muitos casos dantescos de veleiros colhidos de surpresa pela tempestade. Se o comandante não previne o vendaval e é surpreendido de vela estendida, os viajantes se encomendam a Deus, porque o naufrágio é fácilimo. Arriar a vela depois de desencadeado o temporal é difícil, senão impossível e muito arriscado<sup>12</sup>.

<sup>9</sup> MELO, Mario. Jornal A Palavra. À margem da visita pastoral. Belém, 01 de maio de 1937.

<sup>10</sup> A título de esclarecimento, o arquipélago de Marajó, na década de 1930, ainda não possuía os 16 municípios, que conformam sua atual fronteira geográfica. Sobre os municípios e sua população encontrei no Anuário da Arquidiocese de Belém de 1938, as seguintes descrições: 01 - São Sebastião da Boa Vista – 4.249; 02 – Currálinho – 15.637; 03 – Cachoeira do Arari – 17.631; 04 – Gurupá – 23.355; 05 – Melgaço – 6.650; 06 – Muaná – 28.130; 07 – Oeiras – 4.204; 08 – Ponta de Pedras – 10.000; 09 – Portel – 18.708; 10 – Santa Cruz do Arari - 11.500. Os importantes municípios de Soure e Breves, atualmente os mais desenvolvidos da região, não apareceram nessa descrição. Quanto a Breves, encontramos dados sobre o movimento religioso de 1938 a 1940 de Antônio Lemos, que nesse tempo era a sede daquele município, mas ficava em outro povoado, pertencente, anos antes, ao município de Melgaço.

<sup>11</sup> Tempestade, trovoadas.

<sup>12</sup> Na região de Marajó. No elemento líquido – 1932. In: LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. *No Estuário Amazônico – “À margem da visita pastoral”*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1976, p. 349.

Formado pela multiplicidade de rios, furos ou paranás; lagos quase sempre de denominações indígenas, como Paracauari, Anajibu, Atua, Cajuuba, Arari, Parauau, Buiussu, Anajás, para citar alguns, esse regime flúvio-marinho colocou marajoaras em rotas e contatos entre si e com povos e culturas de Belém, Macapá, Caeina, atingindo portos antilhanos. Tais fluxos e refluxos permitiram, antes, durante e depois dos primeiros anos da colonização amazônica, como da chegada de africanos escravizados, renovar intercâmbios de costumes, crenças, tradições, ideias e ideais, assim como mercadorias, sons e ritmos da cultura material e sensível de diferentes grupos e etnias na formação do Atlântico Tropical.

O emaranhado de rios que desenham percursos por dentro da floresta Amazônia, os quais ligam os Marajós a Belém, Macapá, fronteira com a Guiana Francesa, também foram espaços para entradas e fugas de africanos no Grão-Pará. Oriundos dos grupos bantus e sudaneses, nações de Angola, Congo, Bengueja, Bareua ou Barana, Bijagó, Cabinda, Carabá ou Calabar, Caçanje, Fulupe, Guiné, Lalor ou Lalu, Mina, Mandinga, Malhi, Macuá ou Macua, Moçambique, Pabana ou Babana, espriaram-se por todo arquipélago, fossem trabalhadores de fazendas, pescadores, agricultores, caçadores, ou ferreiros, carpinteiro, marceneiros, escultores, vivendo em mocambos e quilombos escondidos entre rios e florestas (PEREIRA, 1952).

O historiador Flávio Gomes assinalou que fugas e deserções de índios, negros, crioulos, mestiços, ocorridas entre os séculos XVIII e XIX da Guiana Francesa ao Pará, ou vice-versa, tiveram, como espaço principal, caminhos de águas que cercavam diferentes espaços escolhidos como táticas de esconderijos. “Saindo de Caiena em direção ao Pará ou vice-versa, via de regra, os fugitivos optavam pelo mar e/ou rios que banhavam a região. Enfrentar as escarpadas matas, nem pensar. Seriam presas fáceis da fome, de animais ferozes, das febres e dos cães farejadores dos seus capturadores franceses. (...) Era pela via fluvial, que estes desertores, construindo canoas e jangadas aventuraram-se” (GOMES, 1999, p. 242).

No contexto dessas fugas, mais precisamente em novembro de 1783, depois da expulsão dos jesuítas do Brasil, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, filósofo ilustrado, partiu de Belém para conhecer a grande ilha de Joanes<sup>13</sup>, sob o comando de 19

---

<sup>13</sup> Primeiro nome da ilha, recorrente nos escritos coloniais. Duas versões explicam o surgimento desta denominação. A primeira teria sido dada por Vicente Yanez Pinzon. Este navegador por ter alcançado a ilha no dia de seu aniversário, a batizou com corruptela de seu sobrenome Yanez, que traduziu para Joanes. Para Rodrigues Ferreira, o nome surgiu em função de habitar a ilha a nação joanina. Durante o século XVIII é que vai surgir o nome Marajó, como uma tradução do termo indígena Mybarayo, cujo significado é

índios remeiros. Nesta viagem, a esperança transformou-se em susto pelo perigo que a canoa atravessou, dada a presença do “rijo vento, com trovoadas secas”, rompendo uma das velas. Em seu escrito, o intelectual português redigiu que uma de suas maiores felicidades foi ter escapado das nove correntezas atravessadas (FERREIRA, 1964, p. 147).

No tempo das secas não somente a paisagem do Marajó dos Campo se modifica, como também os canoeiros vivenciam outras práticas de trabalho e sobrevivência. Uma delas é *o modo de viajar à espia*. Em vez de o ribeirinho ser conduzido pela canoa, em virtude da ausência de ventos e a maré baixa, este, caminhando a pé pelas margens despidas de matas, e com uma corda comprida amarrada à canoa pela outra extremidade, reboca a embarcação.

D. Antônio observou que a dificuldade do ribeirinho de remar, já que os rios não apresentam, nesse tempo, margens sólidas e limpas, o faz com seu método, arrastar facilmente a pesada canoa dentro d’água. Impressionado ficou com esta cena porque “volumosa no seu bojo, com seus mastros e respectiva cordoalha, com a grande vela, em geral colhida, a embarcação parece não poderia ser rebocada senão por algum elefante, como se usava outrora na Índia. Entretanto, um homenzinho a desloca sem grandes esforços”<sup>14</sup>.

Já na direção oriental marajoara, o religioso interage com povoação de pescadores que habitam a vila de Jenipapo. Ali as casas eram muito simples, construídas em estilo palafita para livrar os moradores das águas grandes. O olhar civilizador de D. Antônio sobre essas habitações, registrou: “são disseminadas sem preocupação de alinhamento ou de estética. Todas elas se equilibram sobre esteios altos, porque na quadra invernososa o rio desborda e os campos marginais desaparecem por grande parte do ano”<sup>15</sup>.

Aspecto importante da vida na região é o poder de posse de algumas famílias. Muitas proprietárias de fazendas e gentes, constituem-se senhoras de rios, terras e destinos. Entre essas, D. Antônio registrou o nome da família Malato, residente em Itaguari, cuja capela de sua propriedade, que venera a imagem de São Francisco de Bórgia, visitou em novembro de 1932. “Toda a localidade tem o nome da mencionada

---

barreira ou anteparo do mar. A partir daí, viajantes, escritores e autoridades utilizarão tanto um quanto o outro nome para se referir ao grande arquipélago.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Jenipapo – agosto de 1936. In: LUSTOSA, Op. Cit. pp. 354-355

família. Os canoeiros que transitam por ali, com freqüência, vão abrigar suas canoas na enseada do Malato”<sup>16</sup>.

Em outras incursões quando a lancha da visita pastoral percorria a baía de Curralinho e passou pela ilha da Mucura, Pajica, Jutaí, das Araras, o destino era chegar a baía de Portel, passando antes por Melgaço, mas sem aportar. Portel situa-se numa península bem comprida, mas estreita. De acordo com o atento observador, pode-se calcular a largura dessa península em pouco mais de um quilômetro. Notou que a antiga vila de Portel, de índios Arucarás, fundada em 1653 pela Companhia de Jesus, se achava na costa oriental daquela parte do continente e a atual, Manarijó, lhe pousa na margem ocidental; entre uma e outra medeia a distância de mil metros. Na vila do passado ainda estava de pé a capela dedicada ao Espírito Santo e o monumento que ali ergueram ao Senador Antônio José de Lemos, no tempo da *Belle Epoque* paraense, além de casas em ruínas<sup>17</sup>.

A Portel antiga, semelhante a outras povoações marajoaras, também teve seus dias florescentes, conhecendo a prosperidade. Nesse tempo, Manarijó ainda não era povoada, demonstrava-se como uma costa deserta coberta pela mataria. A acessibilidade desta costa para embarcações de grande calado fez sobrepor-se a vila colonial, tornando-se o principal porto comercial, com embarque e desembarque de cargas e passageiros em destino a cidade. “Aqui o rio é profundo e os vapores atacam no trapiche”.

A baía de Portel constitui-se em estuário onde deságuam Pacajá, Anapu e Camarapi, os rios mais importantes do município. Descentralizados da vila pela distância que os separam, nos anos de 1936, canoas e montarias viajavam de 6 a 8 dias para alcançar o núcleo urbano. Trazendo ribeirinhos do alto pacajá e do alto Anapu para tratar de assuntos de seus mais variados interesses, tais meios de transporte apresentavam-se como única saída para se visitar Portel. Registrou D. Antônio que no rio Pacajá havia duas capelas particulares muito distanciadas da sede e no rio Anapu, em localidade por nome Pacajurá, havia uma outra capelinha dedicada a Santo Tomé.

Portel e Melgaço estão separadas por suas baías. A visita pastoral após aportar em Portel e realizar as práticas de desobriga, pretendeu chegar a baía de Melgaço. Os fortes ventos, contudo, foram deixando as águas irrequietas. Ao som de relâmpagos, inicialmente longínquos e logo depois muito próximos, a embarcação procurou a margem, querendo percorrer “a corda do grande semicírculo descrito pela enseada

---

<sup>16</sup> São Francisco de Bórgia – novembro de 1932. In: LUSTOSA, Op. Cit. p. 370

<sup>17</sup> Manarijó, 1933. In: LUSTOSA, Op. Cit. p. 409

Acarajó”<sup>18</sup>, próximo de Melgaço. Foram informados por remadores que, uma vez dentro da enseada, não seria possível guardar a montaria a um abrigo seguro.

Quase na Ponta do Antim, lugar de perigo aos canoieiros, quando as águas estão encrespadas, comandante e tripulantes conduziram-se para um aningal, onde havia um vasto tapete de mururé, “planta aquática que tem grande poder para quebrar a força da maresia”, e ali ficaram umas duas horas, tendo que aturar a forte presença indesejável dos *sanguessedentos carapanãs*. Apesar da boa ação dos mururés em sustentar e proteger o transporte, D. Antônio *ficou mareado* no dizer gaúcho a imitar os espanhóis, em outras palavras, embebedou-se, ficou enjoado. Livrando-se da maresia e da chusma dos pernilongos, aportaram às duas horas da madrugada em Melgaço.

Melgaço também é filha da ação dos missionários Jesuítas do século XVII. Naqueles idos dos anos de 1930, apresentava-se como uma decadente vila na *Era Magalhães Barata*. Um sinal forte para essa assertiva foi o religioso ter avistado antes das casas e prédios em ruínas, a vasta toalha de mururés que encobria toda enseada onde estava assentado o antigo povoado, próspero nas primeiras décadas da velha república, sinalizando retomada do espaço pela natureza.

Pelo caráter naturalista dos escritos À margem da Visita Pastoral, chamou atenção de D. Antônio o singular porto de Melgaço. Além dos mururés, o lugar é raso

e não oferece calado suficiente senão às pequenas embarcações. Para o embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, a distância é um contratempo. Mesmo com a preamar, os vapores ficam detidos à grande distância do porto, pela praia vasta que não tem profundidade<sup>19</sup>.

Para enfrentar os difíceis tempos políticos e a adversa situação natural, moradores de Melgaço, erigiram uma *maromba*, tablado sustentado por esteios, a uns dois quilômetros de distância, em frente à vila, como singular porto de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias que são transportados em *montaria* para a vila. “Os navios que devem tocar a Maromba de Melgaço anunciam-se de longe para que o encarregado se transporte da vila à maromba e receba o correio”, entre outras encomendas, objetos e pessoas.

Comparando a situação dos portos da vila de Melgaço e o da antiga Portel, o excursionista questionou o motivo que fez os religiosos fundarem aldeias que depois

<sup>18</sup> Arucará, 1933 (LUSTOSA, Idem, p. 356).

<sup>19</sup> Mururé, 1933. In: LUSTOSA, Op. Cit. p. 414

deram origem a vilas e cidades, não levando em consideração a acessibilidade do porto como fator de progresso desses povoados.

D. Antônio apontou dois motivos para explicar a atitude dos religiosos missionários. O primeiro era a falta de grandes embarcações que trafegassem pela região naqueles tempos idos e o segundo, o mais provável, tenha sido as modificações físicas posteriores do porto. A respeito desse aspecto, escreveu: “Esta segunda hipótese não parecerá estranha a quem conhece o imenso estuário destes rios colossais em contínua transformação. Um rio hoje profundo pode, dentro de poucos anos, encher-se de areia; pode até fechar-se completamente ao curso das águas como já tem sucedido”<sup>20</sup>.

Relembrou, a esse respeito, a viagem feita por Euclides da Cunha, no século XIX, quando estranhando a exuberância e singularidade da natureza amazônica, a batizou de terra imatura e considerou o homem da região um intruso que se confundia com a paisagem física.

Refletindo sobre o trabalho no lado oriental marajoara, o prelado assinalou que é movida a indústria pastoril. Se as terras de aluvião permitem a extração de minerais preciosos durante todo o ano, seus solos são pobres em termos de nutrientes. As terras baixas onde predomina a cultura vaqueira de Marajó são regidas por uma boa parte do ano, pelas cheias, o que torna o criatório do gado inconveniente, mas não impossível. Nos tesos, contudo, as frequentes chuvas durante todo o ano, regam o solo, produzindo nutrientes que alimentam bovinos e bubalinos.

A necessidade de chegar até a beira do rio para beber água, coloco o gado no atoleiro. As reses mais robustas, geralmente, ficam debilitadas e sucumbem. A extensão das fazendas não permite que o vaqueiro chegue a tempo de socorrê-las. Completam a mutilação de alguns desses animais não somente o imenso esforço que fazem para livrar-se do perigo, mas a presença de piranhas e jacarés que, na surdina, a tornam presa fácil de sua alimentação.

A cultura bubalina é de fácil adaptação ao clima da região marajoara. Enquanto no período seco o bovino emagrece porque os pastos secam, o búfalo anda sempre bem nutrido. O diálogo promovido por D. Antônio com vaqueiros *entendidos do riscado*, para o criatório dessa espécie na região, fez perceber vantagens e desvantagens.

Animal colossal para a tração, o búfalo tem força brutal. As vacas búfalas mesmo sem tratamento, produzem uma quantidade assustadora de leite. Como estão sempre a se

---

<sup>20</sup> Aricuru, novembro de 1938. In: LUSTOSA, Op. Cit. p. 415

alimentar de tudo, seja inverno ou verão, é animal de peso respeitável, “de modo que para carrear é de grande vantagem comercial”<sup>21</sup>. Enquanto o gado sucumbe geralmente nos atoleiros, o búfalo por ser robusto, sempre consegue sair dos *tremendais*. Sem enterrar as mãos nesses atoleiros, liberta-se com maior facilidade. Segundo os vaqueiros, “a onça, tão terrível quando se atira sobre uma rês, não se atreve a atacar um búfalo, pois ele a persegue sem temor”. Piranhas e jacarés que atacam o gado, se arreceiam do búfalo, “parece que não lhes apetece a carne bufalina”.

Desvantagens percebidas para esse tipo de criatório estão na falta de limites, o búfalo desejando ultrapassar cercas, arrebenta tudo para chegar ao seu destino. Estando a guiar uma carroça, “se avista um córrego ou um tanque, atira-se à água com a carroça ou carro a que esteja atrelado”. Quando deseja se coçar, sendo o lugar, por exemplo, o esteio de uma casa, sua energia sacode tudo que pode derrubá-la. Uma outra situação inusitada que pode ocorrer é se pasta pelas ruas de uma cidade, vendo uma pessoa pode sem mais nem menos sair em disparada contra ela. Apesar desses problemas que os fazendeiros, criadores de búfalo podem vivenciar, a criação, o consumo da carne, leite e seus derivados em toda a região marajoara, consolidou o criatório como um importante filão de negócio no Pará.

Nessa estada nos campos marajoaras, impressionou o naturalista religioso a destreza com que, desde criança, se lança a rês. Antes, “lançam o galho da árvore, lançam as galinhas, as cabras, os bezerros, lançam-se mutuamente, e é tudo um exercício continuado para adestrar os admiráveis lançadores que nos assombram com a sua perícia”<sup>22</sup>. O saber-fazer dos vaqueiros expressa-se nas lançadas seguras quando disparam pelos campos a cavalos adestrados, atracando chifres curtos, no seu preciso golpe de vista, coragem, previsão e conhecimento dos instintos do gado. Esse conjunto precioso de saberes fez o arcebispo pensar na longa formação pela qual passa a criança do Marajó dos Campos para aprender a prática de convivência com a cultura do gado.

Na vasta arena líquida que envolve Bagre, Oeiras e Currealinho, os canoieiros de ontem e de hoje continuam a perlustrar em frágeis embarcações, vivendo em constantes riscos e perigos, mesmo que no presente a tecnologia tenha possibilitado a construção de transportes fluviais mais seguros. Nos anos de 1936, no percurso de Oeiras para Currealinho, D. Antônio conheceu um menino de 13 e 14 anos, que na véspera fez o

---

<sup>21</sup> Os búfalos – 1932. In: LUSTOSA, Op. Cit. p. 359

<sup>22</sup> Para Marajó – agosto de 1936. In: LUSTOSA, Op. Cit. 344

caminho inverso em uma pequena embarcação. O cotidiano do adolescente era ajudar o pai a atravessar pessoas e mercadorias no pequeno transporte.

O caminho percorrido na véspera foi para transbordar um moço a Oeiras. O tempo não estava tempestuoso mas ventava muito, encrespando as ondas e levando os dois a alagarem-se. *A valência* foi ser o barco de madeira leve, assim mesmo cheio de água, continuou a flutuar. Segundo o arcebispo, nem o menino tripulante e nem o moço viajante *perdeu o sangue-frio*.

Nadando dentro do rio, apoiados a canoa alagada, tripulante e viajante com uma mão desalagaram a embarcação e seguiram viagem. No dia seguinte, o menino *sem a maior apreensão* pegou carona, amarrando seu casco na lancha da visita pastoral. Impressionado por aquelas artes da vida aquática, o religioso encerrou a narrativa contando que antes que chegassem a Curralinho, o pequeno tripulante desamarrou a corda que estava preso a lancha e seguiu seu destino na maior naturalidade, fazendo-se “novamente joguete daquelas ondas irrequietas”.

Conversas informais com ribeirinhos dos dois lados dos Marajós, trazem saudades dos tempos de fartura, em meio às venturas de ter que conviver com uma natureza sangrada, seja pela extração desenfreada de madeiras de lei, derrubadas dos palmitais, pesca predatória ou a noticiada biopirataria de ervas e animais, no presente. A construção de uma legislação que proteja o lago Arari, por exemplo, desde os anos de 1930, já era debatida. “Costuma dizer-se que limitar o tempo da pesca é de evidente necessidade”. O diálogo em agosto de 1936 de D. Antônio com um ribeirinho, mostrou conflito de ideias. Registrou o arcebispo sobre o que lhe contou o pescador:

Há poucos anos uma seca fora do comum deixou o lago sem água; os rios que nele desembocam como o das Tartarugas, o Apeú, O Jenipapucu também secaram; as pequenas lagoas, que nas cheias se põem em comunicação com o lago, desapareceram. É claro que os peixes se extinguíram. Entretanto, no ano seguinte, o lago tinha a imensa quantidade de peixe de sempre<sup>23</sup>.

A explicação para aquele fenômeno do repovoamento do lago foi dado pelo religioso: “a vinda dos peixes da baía de Marajó via rio Arari”. Se o morador procura deixar claro que a natureza se encarrega de manter o rio piscoso, outros acreditam que a falta de limites para a pesca, despovoará o lago, prejudicando todas as comunidades pesqueiras. O certo é que, no presente, os pescadores percebem as mudanças ocorridas pela pesca sem limites, desde os anos de 1930, especialmente pela presença de inúmeras

<sup>23</sup> O lago – agosto de 1936. In: LUSTOSA, Op. Cit. p. 357

geleiras, que desrespeitando o tempo de procriação, colocavam-se mar adentro capturando diferentes espécies e tamanhos de peixes.

Em Muaná o açaí era abundante. Sendo alimento principal da população urbana e rural, suas marcas aparecem vincadas ao corpo. Mulheres e crianças traziam em suas mãos, unhas e, às vezes, na própria boca as marcas de quem vivia a manipular o açaí no tempo da colheita.

Mulheres levando grandes cestos às costas pendentes de uma faixa que lhes cinge a testa, onde faz sentir todo o peso da carga que vai no cesto, chamaram também atenção do arcebispo. Costume próprio da região que no passado fora habitada por diferentes grupos indígenas. Na divisão social das tarefas, ao homem competia levar o arco e a flecha e às mulheres o atura, a carga.

Em relação à madeira, antes de despontar no mercado nacional e internacional essa economia ou a forte procura de sementes oleaginosas e alguns cereais, fizeram ribeirinhos do Marajó das Florestas viverem a coleta e extração do ouro negro, entre as três últimas décadas do século XIX até a primeira década do século XX e depois durante a Segunda Guerra Mundial. Em artigo *A borracha*, de 1932, o incansável viajante utilizando de escritos bíblicos, que trazem a história egípcia das sete vacas gordas e das sete vacas magras, comparou o tempo da borracha a fase de fartura narrada pela crônica religiosa. Assim redigiu:

A borracha abundante no imenso vale amazônico tinha alta cotação no mercado mundial. Os seringais se povoaram de homens arrojados que, afrontando as feras, as enfermidades, os selvagens, iam extrair o precioso látex. Belém, como chave que é de toda Amazônia, sentia o reflexo da pujança de prosperidade econômica de toda a imensa zona. Grandes navios fundeavam nos nossos portos, trazendo dos Estados Unidos e da Europa, o requinte do luxo e do conforto que os grandes capitalistas pagavam sem regatear. Via-se muito esbanjamento e muita imprevidência. Veio a quadra das vacas magras. A borracha sofreu tremenda concorrência.

Mergulhando seu espírito em reflexões filosóficas e poéticas, estando em baixo de uma seringueira, D. Antônio redigiu seu pensamento: “Aquele tronco dilatado, sempre retalhado de cicatrizes, há muito fechadas, fala muito alto. Nessa casca onde os sulcos antigos parecem misteriosos hieróglifos, não podemos decifrar a história dos delitos tremendos dos seringais disputados pela *auri sacra fames*”<sup>24</sup>.

Para as populações ribeirinhas e àqueles que para cá vieram em busca dos tempos das vacas gordas, como homens e mulheres do nordeste brasileiro expulsos de seus

---

<sup>24</sup> A borracha, 1932. In: LUSTOSA, Op. Cit. p. 393

pertencimentos pela seca, a crônica religiosa foi vivida pelo avesso, imbricando sonho e realidade, tempos de vacas gordas e vacas magras em uma só temporalidade. Se para as elites rurais e urbanas a era do ouro negro abriu-lhe horizontes para desfrutar de riquezas e esbanjamentos, para ribeirinhos e *brabos* o ilusionário desejo de enriquecimento em meio a uma prática frequente de empobrecimento, enredou suas vidas nas explorações freqüentes dos seringalistas, deixando perceber muitas “histórias de delitos tremendos dos seringais”. A historiografia social amazônica e brasileira, hoje, é plena dessas histórias. Para conhecê-las, basta cruzar suas páginas.

Semelhante as velhas seringueiras, avistadas entre o Amazonas e o Tocantins por D. Lustosa, que escondem em seus troncos cicatrizados, de casca áspera e nodosa, contraditórios tempos de sobrevivência na floresta e nos núcleos urbanos; depois da fase áurea da hévea, os ribeirinhos passaram a sangrar a maçaranduba para extrair seu leite que se coagula como borracha e é exportado para Belém e daí para portos estrangeiros em balões. Segundo o prelado, “é de grande aplicação na indústria para os artefatos diversos de quinquilharia, escritório, eletricidade, etc”<sup>25</sup>.

Já na década de 30, renunciava-se a extinção desse vegetal, porque quando cortada para a extração do látex “se dessangra completamente, esvai-se em látex e pouco sobrevive a sangria”, diferente da seringueira que resiste ao deixar fluir apenas parte de sua seiva. Em contrapartida, o valor da maçaranduba é maior que a seringueira, pois além do leite, frutos, fornece madeira de lei, que se destaca entre as de maior durabilidade.

Lembrando da extinção de algumas espécies preciosas que forneciam madeira da melhor qualidade, em alguns Estados, D. Antônio renunciou que se nada de emergente fosse feito, em termos de praticar a legislação que normatizava a extração racional da maçaranduba, no Pará, esta, junto com outras árvores preciosas da floresta amazônica, seriam conhecidas somente nos livros dos botânicos que as descreveram.

Nesse universo em que a relação cultura e natureza não conhece fronteiras físicas e culturais, mulheres marajoaras foram encontradas com diferentes apetrechos em volta de seus pescoços. Uma senhora idosa usava um pedaço respeitável de madeira, bem encastado em metal, pendente do colar, penas e unhas de animal também estavam expostos ao redor do pescoço de outras senhoras. Outra apresentava uma mecha de cabelo, ouriversariamente preso ao colar. Uma terceira, deslindava penas de mutum pequeninas, negras, tipo um pincel. Uma moça, deixava ver um grande “bico” de besouro

---

<sup>25</sup> A maçaranduba, 1936. In: LUSTOSA, Op. Cit. p. 418

ou “cifre” de besouro, tendo na base um anel metálico munido de pequena argola para ser enfiado em corrente ou cordão. E uma criança tinha no colar várias sementes de biribá.

A cena visual fez o religioso indagar o porquê daqueles usos. Descobriu que o pau pendente ao colar, chamava-se “pau-santo”, de uso supersticioso para evitar *quebranto e mau olhado* ou influências do *bicho do fundo*. Às sementes de biribá, atribuem influência preservativa contra alguma moléstia. Em alguns lugares o pêlo do tamanduá é tido como eficaz no combate a influências malélicas. O cabelo em mecha ou pincel e as penas de mutum e o chifre de besouro, são ornamentos para embelezar a feminilidade marajoara.

Da mão de uma imagem da Santíssima Virgem, o atento observador viu pendente um cordão dourado que prendia um chifre de besouro munido de argolinha e metálica, comprado ou doado como jóia pela pessoa que a usava. As conclusões a que chegou a refletir sobre os usos desses ornamentos pelas mulheres marajoaras, expressam marcas de sua formação teológica e as influências do pensamento recristianizador, que pretendeu *esclarecer* comportamentos e atitudes das populações ribeirinhas rurais.

Os saberes e crenças em práticas de cura no uso de amuletos, figas, breves, talismãs supersticiosos, fortes indícios das zonas de contato afroindígena na Amazônia Marajoara, revelam para o prelado as distâncias que os Marajós estão da civilização. “É a razão pela qual nosso pobre povo do interior carece de tantos conhecimentos. Falta-lhe a instrução e a cultura religiosa. Quando raiará para todas essas localidades quadra mais luminosa?”<sup>26</sup>

Engrossando a tinta sobre a falta de padres nesses povoados rurais, D. Antônio assinalou a ignorância dos habitantes no tratamento ao Senhor Arcebispo, já que muitos, era a primeira vez que viam um religioso daquela envergadura. “Vossa Alteza, seu Vigário, Vossa Majestade, Padre Mestre, Divino Mestre”, foram vocábulos que fizeram transparecer “o respeito ingênuo do humilde caboclo”. Exemplo típico dessa invejável simplicidade, escreveu D. Antônio, e da forma como o marajoara recepciona e acolhe seus visitantes, aconteceu numa capelinha de Bagre. Falou o caboclo: - “Senhor Arcebispo, eu vim trazendo um paneiro de macaxeira pra Vossa Senhoria”.

Concluída a visita a Muaná, já com caminhos previamente traçados, D. Antônio desceu rio abaixo e cruzou o rio Cajuuba, viu a abundância de açazeiros e buritis. Em certo ponto, um tripulante perguntou se o religioso avistava uma barraca mais adiante.

---

<sup>26</sup> Pelo interior – 1932. In: LUSTOSA, Op. Cit. 395

Tratava-se de uma “construção elevada do solo para evitar a inundação. As paredes eram uma esteira ou coisa semelhante de jupati e o telhado era de folhas de ubuçu”. Ali morava um curador muito conhecido e visitado pelos marajoaras destas bandas. Distinguia-se de um pajé por “não usar tauari, não chamar companheiros, não ter nada com o ‘bicho do fundo’, nem com a ‘mãe do rio’”. Exímio no conhecimento e uso de muitas ervas, tratava de filhos de famosos homens de letras de Belém, como médico e engenheiro.

A presença dos mururés, planta aquática que flutua ao sabor dos ventos e das correntes, nos rios marajoara, levou *pajés* a perceberem que suas “raízes deveriam ter a virtude de produzir asveros”<sup>27</sup>. A esse respeito, o naturalista, assumindo o discurso da catolicidade, frente às crenças e práticas de cura da região, assinalou que quando a pajelança deseja “transformar um pobre coitado em judeu errante, dá-lhe uma beberagem cujo principal ingrediente é raiz de mururé”<sup>28</sup>.

A memória oral da comunidade de Mangabeira, pertencente a Itaguari, preservou o episódio de cenas vandálicas, sofridas pela imagem do padroeiro, São Francisco de Bórgia, quando rebentou a cabanagem no Pará. Inversamente, as tentativas de atrocidades investidas contra São Francisco de Bórgia, “nimbou-o” de maior veneração. Antes desse desfecho, interessantemente narrou o excursionista:

Os habitantes de Malato andavam alarmados com os boatos que corriam sobre um grupo de cabanos que causava terror. A família proprietária da imagem, receando que os cabanos tomados de furor iconoclasta, a mutilassem ou queimassem, fizeram-na transportar para uma ilha próxima chamada “do Capim”, precisamente para o local denominado Curupuacá e deixaram ali uma velha escrava para cuidar dela. A fiel guarda da imagem não se descuidou do sagrado depósito aos seus cuidados. Cercava a imagem de carinhos, à noite acendia, diante dela, uma luz e, qual nova eremita, enchia seus dias na solidão, com o pensamento de restituir um dia a imagem à veneração pública.

Os temores da família não eram infundados.

Os cabanos aportaram à ilha do Capim e descobriram a imagem talvez atraídos pelos bruxuleios da lâmpada que ardia ante ela. A velha transida de medo, escondeu-se sob a mesa, em cima da qual estava o santo. Os cabanos à semelhança dos protestantes, irromperam em furor contra a imagem sagrada. Tentaram atirá-la ao rio; (...) porém o esforço, porque vários homens não agüentaram com o peso dela. (...)Mais enraivecidos os depredadores sacaram de um terçado e mutilaram a imagem.

A velha escrava não foi descoberta. Estarrecida de pavor ficara todo o tempo oculta sob a mesa e pôde depois narrar o acontecimento<sup>29</sup>.

Sob o olhar racional diante da ação sobrenatural do santo, mas valorizando a narrativa pelo seu caráter folclórico, já que a inexistência de documentos que

<sup>27</sup> O Mururé, 1933. In: LUSTOSA, Op. Cit. p. 413

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Idem.

comprovasse o ocorrido, poderia ser questionado diante de um leitor ascético, D. Antônio escreveu que a família, depois da profanação do santo, mandou erigir perto de sua residência, a poucos metros da praia, em excelente localização, uma capela ainda de pé, naqueles idos de 1932. Ali a imagem continuou recebendo venerações e devotos, durante o mês de outubro, depois que os maus ventos da cabanagem haviam cessado.

Procurando preservar a imagem e a devoção ao padroeiro, os proprietários mandaram encarná-la de novo, pois sua pintura estava avariada pela ação do tempo e perversidade dos vândalos. (...) “O pintor ou estatuário não soube dar apreço às cicatrizes que o havia tornado preciosas pelo seu valor histórico adquirido e cobriu de gesso e tinta as feridas gloriosas”<sup>30</sup>. Por fim, o religioso assinalou que da mesma forma deve-se proceder com bandeiras que se guardam como troféus de lutas vencidas, não remendar os furos das balas, nem lavar as manchas de sangue nela impressas, porque seu valor são mais primorosos do que condecorações de ouro.

A imagem do movimento social cabano de 1935-1940 descrita na narrativa religiosa, faz lembrar os chamados “tempos de barbárie e incivilização” pela qual vivia a humanidade antes do surgimento do cristianismo ou a perseguição sofrida pelos primeiros cristãos na Roma antiga, reafirmando olhares preconceituosos, homogeneizadores e generalizantes da historiografia tradicional sobre os diferentes grupos sociais que participaram da Cabanagem.

A extravagância no jeito de cultuar divindades compósitas por antigos escravos, publicizou o resguardo do santo, tornando-o presa fácil para os “blasfemadores” da fé cristã. O furor iconoclasta foi contido somente pelo poder do santo, que mesmo assim, não o livrou da mutilação. Ações de cabanos e negros, nessa narrativa, mesmo em situações diferentes, são contestadas pela lógica do catolicismo que se reafirmou na Amazônia a partir do século XVII e retomado nos finais do século XIX em diante.

### **Ambíguos Olhares**

De acordo com o que registrou no prefácio do *À margem da vista pastoral*, o arcebispo ao perflustrar diferentes vilas e povoações amazônicas, preocupou-se não com fatos sociais de destaque ou situações que estavam em evidência na memória oral da região, estes assuntos demandavam, segundo ele, a confecção de um outro projeto de escrita. Pretendeu olhar com aguçada atenção para “curiosidades” que convidassem os

---

<sup>30</sup> Idem, p. 371

leitores do jornal católico, para uma leitura agradável e esclarecedora da vida interiorana. A intenção foi salvar essas cenas de desatentos olhares e transformá-las em fontes para novas pesquisas sobre a vida na Amazônia paraense.

A nosso ver, emerge desses escritos, um religioso que se transverte de naturalista e etnógrafo, mesmo sem esconder, quando necessário, o lugar social de onde lê a realidade amazônica<sup>31</sup>. Ao questionar determinando saberes tradicionais, lógicas de compreensão do ribeirinho, atitudes adotadas pelo protestantismo que iniciava sua missão pelas terras marajoaras, D. Antônio elabora imagens de uma região que parecia viver, na periferia da civilização<sup>32</sup>. Viajando, por exemplo, em 1932 pelo rio Arari, além das espécies de peixe, impressionaram a riqueza da cerâmica que se preservou das populações aborígenes na comunidade Pacoval. Ao constatar a existência de um cemitério indígena, onde viu muitos objetos de cerâmica como vasos, estatuetas, içaçabas, tangas, urnas mortuárias, desprestigia a maneira peculiar como aquelas populações relacionavam com seus deuses, pois interpretou as estatuetas encontradas como “provavelmente de suas falsas divindades”.

As identidades de religioso, naturalista e etnógrafo se imbricam, expressando, em dado momento, ambiguidades. Ora, emerge um excursionista preocupado em disciplinar costumes, higienizar comportamentos, defendendo a expansão do progresso cristão na região, ora um chefe religioso que ao decidir calçar as alpercatas da missão evangelizadora, despindo-se das regalias de sua posição, quis compreender a cosmovisão do homem e da mulher marajoara, tornando as desobrigas, laboratório de constantes aprendizagens que enlaçavam o encanto dos espaços físicos com as facilidades e dificuldades da vida na região.

Os escritos de D. Antônio permitiram a tessitura de um complexo quadro da produção social dos modos de vida nos dois lados do Marajó. Visualizamos equilíbrio homem e natureza, interrompido pela presença de formas de economia de mercado, incentivo à extração desenfreada de madeira, pesca predatório com extinção de animais,

---

<sup>31</sup> A maneira como os estudos de religiosidade no Pará vêm discutindo as posturas adotadas por D. Antônio, expressam traços de um chefe eclesiástico repressor, conservador, assistencialista, responsável pelas reaproximações Igreja e Estado, na década de 30, e, por isso, defensor da ordem, da moralidade, dos valores cristão. Entre os trabalhos que abordam essa questão (MENDES, 2006).

<sup>32</sup> César Barreira, no fechamento dos nós, em prefácio redigido para o livro de Fraxe faz uma afirmação categórica que muito esclarece minha perspectiva de leitura sobre os modos de vida de homens e mulheres marajoaras, que tem suas vidas cicatrizadas pelo tempo das águas. Assinalou o professor-orientador: *Se os homens anfíbios estão perfeitamente equilibrados e harmônicos no ecossistema amazônico (aquático e terrestre), eles aparecem como se estivessem “fora d’água” na lógica e na racionalidade capitalista.* (FRAXE, 2000).

plantas e ervas. A luta pela sobrevivência, nessa nova fase da vida na região, que parece iniciar a partir dos anos de 1930, acirrou-se.

As redes de trocas e entre-ajudas no universo do batalho pela existência se reconfiguram, devido a distribuição desigual dos bens necessários à sua existência física e espiritual. Hoje, em alguns espaços a força das tradições e os modos de vida gregários, somada aos distanciamentos dos centros urbanos e sua proposta hegemônica de modernização de comportamentos e valores, persistem no universo de organização social das populações marajoaras. Em outras áreas, o assalariamento apresenta-se como nova proposta nas relações de trabalho, mesmo que a chamada informalidade seja bem mais visível. Exemplo desse cenário, pode ser percebido no porto da cidade mais importante do arquipélago marajoara – Breves. Ali, dos vendedores de picolé, passando pelos diferentes tipos de carregadores, depara-se com “profissionais do sexo” em suas lutas por sobrevivências. A grande maioria desses trabalhadores, migrantes de outros municípios marajoaras, muitos, são antigos ribeirinhos de cores, saberes e cosmologias afroindígenas que, forçados pelo esgotamento das riquezas naturais de seus espaços de moradia, nas adversidades do viver regional, fazem-se moradores urbanos<sup>33</sup>.

As letras do naturalista religioso, desenhadas a partir das inúmeras viagens, deixam ricos indícios da vida no Marajó dos Campos e no Marajó das Florestas, na década de 1930, permitindo a confecção de um rico enredo narrativo. A luta pela sobrevivência do marajoara em sua relação com as forças e poderes de águas, florestas, campos, várzeas e terras firmes, alterou-se a partir da inserção de um chamado modo de vida civilizado e cristã, que negando muitas vezes as tradições, os saberes, o acomplamento cultura e natureza, conduziu as vivências históricas para outras relações políticas e sócio-culturais.

## Referências

CHAVES, Maria Annunciada. Apresentação. In: LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. *No Estuário Amazônico – “À margem da visita pastoral”*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1976, p.5-7.

CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Organização de José Reginaldo Santos Gonçalves. 4. ed. Editora: UFRJ, 2011.

COELHO, Mauro Cezar. As viagens filosóficas de Charles-Marie de la Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira – ensaio comparativo. In: GOMES, Flávio dos Santos

---

<sup>33</sup> Para saber mais sobre essas narrativas de sobrevivência, Ver: (PACHECO, 2006).

(org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 101-133.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. “*Notícia Histórica da Ilha de Joanes ou Marajó*”. Revista do Livro, ano VII, nº 26, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1964.

FRAXE, Terezinha J. P. *Homens Anfíbios – Etnografia de um campesinato das águas*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

GOMES, Flávio dos Santos e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Outras Paisagens Coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista. In: GOMES, Flávio dos Santos. *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 201-235.

GOMES, Flávio dos Santos. Fronteiras e Mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, Flávio dos Santos. *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

GONÇALVES, Marco Antonio; MARQUES, Roberto e CARDOSO, Vânia Z. (Orgs.). *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

MENDES, Mayara Silva. *Conflitos religiosos e relações políticas no Pará (1930-1941)*. Dissertação de Mestrado em História Social, São Paulo: PUC, 2006.

PACHECO, Agenor Sarraf (Org.) *Memórias da sobrevivência: Cotidiano e modos de trabalho no porto de Breves*. Breves: Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, 2006.

PEREIRA, Manoel Nunes. *Negros Escravos na Amazônia*. In: Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, 1944. Rio de Janeiro: IBGE, 1952, V. 3, pp.153-185.

RAMOS, D. Alberto. Prefácio. In: LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. *No Estuário Amazônico – “À margem da visita pastoral”*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1976.  
SOUZA, Francisco de Oliveira e. *Caderno de Memórias (1927-1988)*.

TEIXEIRA, José F. O Arquipélago de Marajó. *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia realizado na cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal) de 7 a 16 de setembro de 1944*. Vol. VIII. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1952, p. 735.